



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
15ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
GASTÃO FABIANO PIAZZA JÚNIOR



Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986
Data da instalação: 18-5-1987
Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte

Edital de Correição divulgado no DEJT em 7-12-2020, p. 6.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 1-10-2019

Às 8 horas do dia dezessete de dezembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 15ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, 1.234 – 15º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Luís Henrique Santiago Santos Rangel**; pela Secretária da Vara do Trabalho, em exercício, Sra. Ana Luíza Prado de Medeiros; os servidores Adriane Fernandes da Silva, Ana Paula Gomes Fonseca, Dirce Aparecida dos Reis, Eliane Rodrigues de Faria Carvalho, Maria dos Reis Rocha da Cruz Oliveira, Pompeia Jorge Selim de Sales, Rafael de Moura Salles Proença, Simone de Carvalho Santos; a estagiária Daniele Barbosa Mansur. Ausente o MM. Juiz Titular da Vara, Dr. o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Gastão Fabiano Piazza Júnior**, em razão de férias regulamentares. Ausentes as servidoras Dulcinea Coelho Guimarães e Gilmara Rodrigues Rosa, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 720 processos, distribuídos neste ano até o dia 2-12-2020, apurando-se a média de 3,3 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 60 cartas precatórias, dentre elas 41 executórias, até o dia 2-12-2020, das quais 46 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 649 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 252 processos foram remetidos neste ano até o dia 2-12-2020.



1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 2 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 12 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 522 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 26 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 5 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugap), não há processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010325/19, 0010722/19, 0010374/19, 0010230/19, 0010485/19: sobrestados – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugap-2/downloads/Cartilha_NUGAP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento – 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).



Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	27,96	28,85	26,95	18,12	22,47

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 2-12-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	49
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	135
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	2

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.

21

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.



Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	-	-
2017	1	3
2018	2	2
2019	11	1
2020 – ano de referência	172	
TOTAL	186	0,10

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de dezembro até o dia 2-12):

Processo	Classe	Tarefa
0011638-83.2017.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010456-28.2018.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011030-51.2018.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010325-19.2019.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010374-60.2019.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010485-44.2019.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010649-09.2019.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010657-83.2019.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010722-78.2019.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010848-31.2019.5.03.0015	Consignação em Pagamento	Aguardando audiência
0010992-05.2019.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011019-85.2019.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011042-31.2019.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011069-14.2019.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência



0010010-54.2020.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010011-39.2020.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010043-44.2020.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010045-29.2020.5.03.0010	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010046-86.2020.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010067-72.2020.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	1
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	229

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	5
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	130

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	1
	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 90383)	542

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
------	----------	-------------------	-------------------------



CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	2

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução – 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 15ª Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	67,09	62,70	59,49	54,43	57,23

Existem 700 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 447 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processo suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 252 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) 132 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 02/12/2020

No ano anterior, até dia 02/12/2019 – havia 816 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 457 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 16 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 343 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.



Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de dezembro até o dia 2-12):

Processo	Classe	Tarefa
0088800-43.2006.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0073800-37.2005.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0101100-76.2002.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	INTIMAÇÃO PUBLICADA
0125900-27.2009.5.03.0015	Execução Fiscal	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0001862-06.2010.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO ENVIADO AO TRT - OUTROS
0000312-73.2010.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0144400-44.2009.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0001615-88.2011.5.03.0015	Execução Fiscal	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0174200-20.2009.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0000443-48.2010.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0002050-28.2012.5.03.0015	Execução de Termo de Ajuste de Conduta	CONCLUSOS PARA DESPACHO
0058400-85.2002.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	ANDAMENTO CANCELADO
0000818-44.2013.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	DESPACHO
0001377-69.2011.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0001309-56.2010.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	PROCESSO RECOLHIDO AO ARQUIVO TEMPORÁRIO
0000498-28.2012.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Arquivo temporário
0094500-92.2009.5.03.0015	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Arquivo temporário
0000261-57.2013.5.03.0015	Ação Trabalhista -	Arquivo temporário



0000840-05.2013.5.03.0015	Rito Ordinário Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Instância superior
0000854-23.2012.5.03.0015	Ação de Cumprimento	Arquivo temporário

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93(execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

Decisões	2019	2020
01-JANEIRO	31	40
02-FEVEREIRO	25	41
03-MARÇO	48	41
04-ABRIL	45	9
05-MAIO	47	47
06-JUNHO	50	34
07-JULHO	62	46
08-AGOSTO	65	95
09-SETEMBRO	103	44
10-OUTUBRO	50	31
11-NOVEMBRO	43	56
12-DEZEMBRO	28	3
Totais	597	487

Decisões por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
FILIPPE DE SOUZA SICKERT											7	3
GASTÃO FABIANO PIAZZA JUNIOR	38	41	41	9	47	34	26	89	44	31	49	
LILIAN PIOVESAN PONSSONI								4				
LUIS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL							19	2				
Totais	38	41	41	9	47	34	45	95	44	31	56	3

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

Alvarás	2019	2020
01-JANEIRO	77	143
02-FEVEREIRO	111	164
03-MARÇO	95	147
04-ABRIL	87	55
05-MAIO	131	149
06-JUNHO	167	164
07-JULHO	131	157
08-AGOSTO	206	126



09-SETEMBRO	191	114
10-OUTUBRO	161	189
11-NOVEMBRO	190	241
12-DEZEMBRO	148	43
Totais	1695	1692

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 2-12-2020, existem 32 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	5
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	17
Tutelas Provisórias Pendentes	10
Total	32

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 17-12-2020 havia 8 processos:

a) instrução: 2 processos;

b) tentativa de conciliação na fase de conhecimento: 6 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010797/20, 0010759/20, 0010755/20, 0011042/19, 0010192/20, 0010798/20, 0010800/20, 0010667/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.



Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Paineir Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 15-12-2020, 161 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 9 processos.

Exame dos autos dos processos 0010681/20, 0010071/20, 0010746/20, 0010563/20, 0010729/20, 0010750/20, 0010631/20, 0010641/20, 0010418/20, 0010310/20, 0010325/19, 0010722/19, 0010374/19, 0010230/19, 0010485/19, 0010706/20, 0010736/20, 0010727/20, 0010717/20, 0010709/20, 0010605/20, 0010635/20, 0010230/20, 0010513/20, 0010754/20, 0010486/20, 0010543/20, 0010502/20, 0010604/20, 0010749/20, 0010596/20, 0011011/19, 0010211/20, 0010708/20, 0010189/20, 0010934/19, 0010150/20, 0010125/20, 0010465/20, 0010730/20, 0010994/19, 0010289/20, 0010981/19, 0011043/19, 0010306/20, 0010465/18, 0010021/20, 0010109/20, 0010991/19, 0010231/20, 0010224/20, 0010314/20, 0010770/19, 0010943/19, 0010076/20, 0010475/20, 0010582/20, 0010316/20, 0010697/20, 0010700/20, 0010614/20, 0010080/20, 0010466/20, 0010766/20, 0010682/20, 0010576/17, 0010795/19, 0010973/19, 0011046/19, 0011706/17, 0011119/19, 0010405/19.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juizes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 9 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000277-45.2012.5.03.0015	Arquivo
0000365-49.2013.5.03.0015	Arquivo temporário
0000455-86.2015.5.03.0015	Instância Superior
0001202-75.2011.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior
0001258-06.2014.5.03.0015	
0010737-18.2017.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior
0010912-12.2017.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior
0011123-82.2016.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior



2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010256-50.2020.5.03.0015	Cumprimento de Providências
0010732-93.2017.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	17	18	27
Instrução processo físico	1.364	1.854	-
Instrução processo eletrônico	162	131	84

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	8	9	01/02/2021 - 9 dias
Procedimento Ordinário	8	9	01/02/2021 - 9 dias
Instrução	152	55	29/04/2021 – 66 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 2-12-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	723	110

2) 2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	10	2.575
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	280	148

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	117	2.577
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	187	682
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	12	3.545
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	2	793

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	32	0,1
Julgados procedentes em parte	362	1,5
Julgados improcedentes	95	0,4
Extintos com resolução de mérito	9	0,04



Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	498	2,1
Extintos sem resolução de mérito	47	0,2
Arquivamento	179	0,7
Desistência	62	0,2
Outras decisões sem exame de mérito	29	0,1
Total sem exame de mérito	317	1,3
Decisões de conhecimento	815	3,5
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	177	0,7
Decisões na fase de execução	168	0,7
Total	1.160	5,1

No ano de 2020, até o dia 2-12, com 213 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	32	0,1
Julgados procedentes em parte	193	0,9
Julgados improcedentes	52	0,2
Extintos com resolução de mérito	5	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	282	1,3
Extintos sem resolução de mérito	59	0,2
Arquivamento	92	0,4
Desistência	36	0,1



Outras decisões sem resolução de mérito	38	0,1
Total sem resolução de mérito	225	1,05
Decisões de conhecimento	507	2,3
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	87	0,4
Decisões na fase de execução	139	0,6
Total	733	3,4

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em novembro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	52	2,6
Conciliação em execução	5	0,25
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	32	1,6
Una/Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	89	4,4

No mês de novembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 18 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12:

Conciliação por fases	Conhecimento	Execução	Liquidação
------------------------------	---------------------	-----------------	-------------------



	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	23	26		4		1
02-FEVEREIRO	42	46	2	8		
03-MARÇO	39	23		18	4	
04-ABRIL	41	6	2	2		1
05-MAIO	42	18	2	1	6	4
06-JUNHO	34	25	3		3	
07-JULHO	31	22	3	2	1	6
08-AGOSTO	48	29	4	2	1	1
09-SETEMBRO	32	17	6	2	3	2
10-OUTUBRO	47	29	3	1	1	6
11-NOVEMBRO	43	20	6	2	6	4
12-DEZEMBRO	15	3	2		1	
Totais	437	264	33	42	26	25

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
Conciliações por juiz												
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS									1		1	
FILIPPE DE SOUZA SICKERT											13	3
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA			1	1	1		2	1				
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI										2	1	
GASTAO FABIANO PIAZZA JUNIOR	30	52	40	8	22	24	11	23	20	34	10	
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						1	2				1	
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	1	2						8				
LUIS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL							15					
Totais	31	54	41	9	23	25	30	32	21	36	26	3

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

Audiências	2019	2020
01-JANEIRO	68	51
02-FEVEREIRO	154	133
03-MARÇO	115	69
04-ABRIL	119	2
05-MAIO	146	53
06-JUNHO	129	115
07-JULHO	147	104
08-AGOSTO	160	92
09-SETEMBRO	137	104
10-OUTUBRO	131	116
11-NOVEMBRO	140	84
12-DEZEMBRO	89	11
Totais	1535	934



Audiências por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS								3	1			
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA											1	
FILIPE DE SOUZA SICKERT											34	11
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA		1	6	2	2	2	3	1				
FLAVIA PONSECA PARREIRA SIORTI										2	2	
GASTAO FABIANO PIAZZA JUNIOR	47	124	63		51	111	25	71	101	114	46	
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						2	3		2		1	
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	4	8						17				
LUIS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL							73					
Totais	51	133	69	2	53	115	104	92	104	116	64	11

Foram realizadas 52 audiências de 1-12-2020 até o dia 15-12-2020 e designadas 16 de 16-12-2020 até do dia 18-12-2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

Sentenças	2019	2020
01-JANEIRO	64	55
02-FEVEREIRO	126	110
03-MARÇO	103	79
04-ABRIL	99	24
05-MAIO	126	44
06-JUNHO	107	77
07-JULHO	91	56
08-AGOSTO	110	74
09-SETEMBRO	120	61
10-OUTUBRO	101	92
11-NOVEMBRO	102	64
12-DEZEMBRO	48	5
Totais	1197	741

Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA											1	
FILIPE DE SOUZA SICKERT	6									1	23	5
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA			1					1				
GASTAO FABIANO PIAZZA JUNIOR	49	109	78	24	44	76	25	56	61	91	40	
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						1						
LILIAN PIOVESAN PONSSONI		1						9				
LUIS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL							31	8				
Totais	55	110	79	24	44	77	56	74	61	92	64	5

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

Despachos	2019	2020
-----------	------	------



01-JANEIRO	715	744
02-FEVEREIRO	964	994
03-MARÇO	995	1066
04-ABRIL	933	364
05-MAIO	1274	919
06-JUNHO	1041	1209
07-JULHO	967	1108
08-AGOSTO	1564	982
09-SETEMBRO	1403	1153
10-OUTUBRO	1314	1161
11-NOVEMBRO	1167	1200
12-DEZEMBRO	748	107
Totais	13085	11007

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, em exercício, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 13h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 60 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 2-12
Processos recebidos	927	1.015	720
Média por dia útil	4,1	4,4	3,3
Processos remanescentes do ano anterior	617	362	192
	11	7	
Sentenças anuladas			6
Total de processos para solução	1.555	1.384	918
	1.199	1.197	741
Processos solucionados			
Processos conciliados	366	382	234

	77,10%	86,48%	80,71%
Produtividade			

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 10,4% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 9,3%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 2-12-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	234
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	741

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	741
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	726

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	224
-----------	--	-----



iniciadas		
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	348

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 2-12-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	230
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	719

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	543
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	377

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 2-12-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	719
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	377
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.



Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	230
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	543
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	11

Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 15ª Vara			
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020	3º trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,18	0,53	0,30	0,18
	I02 - Pendentes	982	957	894	944
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	150,93	130,77	133,55	113,58



	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	170,52	173,68	177,16	215,50
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.184,11	1.300,09	1.242,72	1.428,18
	I07 - Taxa de conciliação (%)	31,85	31,58	31,16	31,69
	I08 - Taxa de solução (%)	116,96	114,23	109,79	100,61
	I13 - Taxa de execução (%)	202,74	223,81	207,11	195,17
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	17,75	17,37	19,04	22,47
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	54,43	52,83	51,31	57,23
	I11 - Produtividade por servidor	150,64	146,64	131,18	112,27
	I12 - Pendentes por servidor	76,45	72,91	68,27	72,00
Meso	Acervo	0,15	0,19	0,15	0,15
	Celeridade	0,30	0,29	0,29	0,33
	Produtividade	0,55	0,55	0,54	0,54
	Congestionamento processual	0,40	0,36	0,30	0,34
	Força de trabalho	0,43	0,43	0,43	0,43
Macro	IGEST	0,3651	0,3633	0,3443	0,3569
Posição IGEST		37	36	28	38
Movimentação processual		1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
RS\$6.800.771,35	RS\$2.492.724,59



7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria 1/1998, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 115,58% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-10-2020, o percentual alcançado foi de 100,66%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,65%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 107,07%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.



Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 82,88% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 46,44% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,21%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,42%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-10-2020, o percentual alcançado foi de 84,82% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,75%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 150,93 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 90,92%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-10-2020, o tempo médio alcançado foi de 109,43 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,67 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):



- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) majorado o número de audiências telepresenciais e semipresenciais, tendo em vista o que foi apurado no item 4 desta Ata e por força do Ofício Circular SECG/CGJT Nº 064 de 2020 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- 3) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- 4) examinados e sancados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 5) examinados e sancados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 6) sancados os incidentes processuais pendentes, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 7) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;
- 8) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;
- 9) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de



conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017, tendo em vista que esta não foi atingida no ano 2019;

10) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e [https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?](https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335) (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

11) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

12) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

13) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

14) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:



A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, incluindo em pauta no mínimo 15 processos, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) mantidos os procedimentos para o cumprimento da Resolução Conjunta GP/CR N. 112, de 1ª de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correção, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.



A Correição Ordinária é encerrada às 15h15min do dia dezessete de dezembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 230/2020, publicado no DJe 7-12-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.


Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JÚNIOR:30831138
Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria

Assinado de forma digital por MOZART
SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2020.12.17 11:03:09 -0100'